

A dívida do Congresso

20 JAN 1994

CARLOS GIFFONI

JORNAL DE BRASÍLIA

“A pressa é a inimiga da perfeição”, diz o ditado popular. Mas muitos dos homens escolhidos legalmente pelo conjunto da sociedade para ouvir, assimilar e defender os interesses do povo, com seriedade e espírito público, é certo, não aprenderam a lição. Infiltrados entre nossos legítimos deputados e senadores, eles podem ser identificados não só pelas posições políticas que defendem, mas também, pela conduta impatriótica que vêm demonstrando no Congresso Nacional. E estão atuando descaradamente em plenário, nos corredores, nas comissões e, por incrível que possa parecer, até mesmo dentro da CPI — Comissão Parlamentar de Inquérito — que investiga as denúncias de corrupção na Comissão de Orçamento.

Não há justificativa aceitável que explique as pressões que a CPI vem sofrendo, para concluir os trabalhos, e nem toda essa correria que assistimos nos últimos dias. O Congresso Nacional está cometendo um equívoco histórico, não há dúvida. Apressar os trabalhos e não concluir com precisão as investigações sobre todos os envolvidos nas irregularidades é um erro.

É vergonhoso assistir ao desespero dos parlamentares apontados neste escândalo e cujos nomes já estão incluídos nos relatórios das subcomissões. É incrível admitir que esses mesmos parlamentares, com a ajuda de outros, ditos “picaretas”, queiram escapar da acusação de falta de decoro parlamentar e continuarem, com a maior “cara-de-pau”, pressionando os membros da CPI para que sejam excluídos do relatório final.

A CPI agiu acertadamente quando decidiu convocar para depor os três governadores. E foi mais além. Para garantir o mesmo tratamento a todos os citados nas denúncias, resolveu convocar outros 27 depoentes, entre eles, deputados e ex-ministros. Foi uma grande vitória, sem dúvida. É justo que nenhum deles escape aos interroga-

tórios. É necessário que todos conheçam a verdade cristalina que há de emergir da faxina no Congresso Nacional.

A Nação aguarda com ansiedade a conclusão das investigações e a divulgação dos nomes de todos os culpados, para que não sobreviva qualquer dúvida sobre a honestidade e seriedade de nossos congressistas. Mas a pressa traiu nossos parlamentares. Na reta final dos trabalhos, quando todo o trabalho de limpeza parecia caminhar para a purificação, faltou sabão. A CPI inadvertidamente se transformou num palco. Suspeitos foram convocados sem que as subcomissões tivessem o mínimo de tempo necessário para preparar os interrogatórios. E a Nação foi sendo ludibriada. Assistimos a CPI passar verdadeiros atestados de idoneidade e honestidade a pessoas suspeitas, sem o devido levantamento e apreciação de provas em contrário. E tudo isso por uma determinação inexplicável: encerrar o trabalho no tempo previsto.

A culpa não é da CPI. Desde o seu início, parlamentares golpistas interessados na revisão constitucional, vêm pressionando para limitar as investigações, encurtar prazos e prejudicar os trabalhos da Comissão. Alguns líderes de partidos se negaram a ampliar os prazos da CPI. Esses maus parlamentares, verdadeiros piratas sociais, querem, no último ano de seus mandatos, no apagar das luzes, em apenas dois meses, refazer quase todo o texto de uma Constituição elaborada em dois anos.

O duro é que para atingir esse objetivo esses mesmos líderes votam pela interrupção das investigações. Através de um acordo espúrio, de cúpula, decidem enterrar a CPI das Empreiteiras que, certamente, aumentaria o rol dos indiciados. Alegam que a revisão constitucional é necessária.

Agora: como fazer uma revisão da nossa Constituição quando já se sabe que pelo menos 73 parla-

mentares estão sob suspeita? Como fazer a revisão nos próximos dois meses, quando sabemos que os corruptos vão continuar no Congresso? Como fazer a revisão, se os corruptos da máfia das empreiteiras também vão ter direito a voto e nem sequer foram investigados?

Temos que dar as condições necessárias para que a CPI termine com competência o seu trabalho. Muito mais importante que a revisão constitucional, feita por um Congresso suspeito, é preparar a política nacional para as eleições deste ano. A Nação quer um Congresso Nacional limpo. E esse trabalho de faxina começou com a CPI e só vai ser encerrado após as eleições, com a participação direta do povo brasileiro.

Essa é a vez dos políticos darem o exemplo. A hora é de quebrar o sigilo bancário da política nacional. Não que a todos seja necessário cobrir com o manto da desconfiança, mas os detentores e candidatos a cargos públicos nos devem isso. Provar honradez e honestidade passou a ser uma atitude patriótica, diante do mar de lama que envolveu a política nacional.

O País está em estado de alerta. Será que todos os ladrões e corruptos estão sitiados na Comissão de Orçamento? A resposta é óbvia. É claro que não. O que vai acontecer com funcionários e donos de empreiteiras, lobistas, funcionários do Executivo e Judiciário que, certamente, podem estar envolvidos nesse processo? Nada. Nada mais vai acontecer se não continuarmos as investigações, com a instalação imediata da CPI das Empreiteiras.

A Nação exige que a investigação continue. É preciso garantir que todos os caminhos das denúncias sejam percorridos. Temos que chegar com segurança e determinação ao berço da verdade. Essa é a esperança e uma dívida que a classe política tem para com o povo brasileiro.

■ Carlos Giffoni é jornalista